

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
DEPARTAMENTO EM SAÚDE COLETIVA
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA**

RAFAELY MARCIA SANTOS DA COSTA

**O APLICATIVO “ONDE ESTÁ O DINHEIRO DA SAÚDE?”
COMO INSTRUMENTO PARA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**

**RECIFE
2020**

RAFAELY MARCIA SANTOS DA COSTA

**O APLICATIVO “ONDE ESTÁ O DINHEIRO DA SAÚDE?”
COMO INSTRUMENTO PARA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Coletiva, do Instituto Aggeu Magalhães-Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de Especialista em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof. Dr^a Islândia Maria Carvalho de Sousa.

RECIFE

2020

Catálogo na fonte: Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães

C837a Costa, Rafaely Marcia Santos da.

O aplicativo “Onde está o dinheiro da saúde?” como instrumento para transparência pública / Rafaely Marcia Santos da Costa. — Recife: [s. n.], 2020.

24 p.: il.

Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Islândia Maria Carvalho de Sousa.

1. Investimentos em Saúde. 2. Controle Social. 3. Aplicativos Móveis. 4. Materiais Educativos e de Divulgação. I. Sousa, Islândia Maria Carvalho de. II. Título.

CDU 33:614

RAFAELY MARCIA SANTOS DA COSTA

**O APLICATIVO “ONDE ESTÁ O DINHEIRO DA SAÚDE?”
COMO INSTRUMENTO PARA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Coletiva, do Instituto Aggeu Magalhães-Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de Especialista em Saúde Coletiva.

Aprovado em: ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Islândia Maria Carvalho de Sousa
Instituto Aggeu Magalhães/ Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Dr^a Adriana Falangola Benjamin Bezerra
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr Rogério Fabiano Gonçalves
Universidade de Pernambuco

**O APLICATIVO “ONDE ESTÁ O DINHEIRO DA SAÚDE?” COMO INSTRUMENTO
PARA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**

THE MOBILE APPLICATION “ONDE ESTÁ O DINHEIRO DA SAÚDE?” AS A
DEVICE FOR PUBLIC TRANSPARENCY

Rafaely Marcia Santos da Costa¹;

Islândia Maria Carvalho de Sousa²

Artigo a ser encaminhado a Revista Cadernos de Saúde Coletiva.

Abstract

Introduction: Investments in SUS are object of public interest, however the available information presents difficult language. In this sense, the mobile app “Where is the health money?” brings the proposal to translate public health investment data for all citizens. **Objective:** To evaluate the mobile application “Where is the health money?” from the user’s perspective. **Methods:** An opinion survey was conducted in two different groups, the first group was composed by delegates of the 16th National Health Conference, through a structured questionnaire. The second sample consisted of evaluations of the application performed on the Playstore platform. Descriptive statistical analysis of the data was carried out, as well as systematization of comments attributed by both groups. **Results:** The results show that 89% of users believe it is relevant to know the investments in public health in their municipalities. Among these, 44% said they did not easily understand the data available on SIOPS. Public assessments carried out on the Playstore platform showed broad public acceptance, with 81% of users assigning a maximum score to it. Reports on the application refer to the promotion of transparency, social control, citizenship practice and improved communication between the state and society. **Conclusion:** The application seems to be a promising educational resource with the potential to contribute to the exercise of citizenship.

Keywords: Health investments. Social control. Mobile apps. Educational and dissemination materials.

Resumo

Introdução: Os investimentos no SUS constituem objeto de interesse público, entretanto os dados disponíveis no SIOPS apresentam linguagem de difícil compreensão. Neste sentido, o aplicativo “Onde está o dinheiro da saúde?” propõe-se a traduzir os dados de investimentos em saúde pública para todos os cidadãos. **Objetivo:** Avaliar o aplicativo “Onde está o dinheiro da saúde?” sob a perspectiva dos usuários. **Métodos:** Realizou-se pesquisa de opinião em dois grupos distintos, a primeira amostra foi composta por delegados da 16ª Conferência Nacional de Saúde, mediante questionário estruturado. A segunda amostra foi constituída por avaliações do aplicativo realizadas na plataforma *Playstore*®. Procedeu-se sistematização e análise estatística descritiva dos dados, bem como agrupamento dos comentários atribuídos ao aplicativo por ambos os grupos. **Resultados:** 89% dos usuários acreditam ser relevante conhecer os investimentos em saúde pública. Dentre estes, 44% afirmaram não compreender com facilidade os dados disponíveis no SIOPS. Ampla aceitação do público foi observada, com 81% dos usuários atribuindo pontuação máxima na *Playstore*. Os principais relatos referem-se à promoção da transparência, controle social, prática da cidadania e melhoria da comunicação entre estado e sociedade. **Conclusão:** Evidenciou-se grande interesse do público ao aplicativo, que demonstra ser um recurso educacional promissor e com potencial de contribuir para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Investimentos em saúde. Controle social. Aplicativos móveis. Materiais educativos e de divulgação.

INTRODUÇÃO

O Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS) constitui a plataforma oficial para registro e publicização dos investimentos públicos em saúde. O sistema foi criado em 1999, no contexto de descentralização da política de saúde, servindo de instrumento de monitoramento da aplicação de recursos estabelecida pela Emenda Constitucional 29/2000 por cada nível de gestão e também do limite de gasto com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal¹.

O Brasil dispõe de um arcabouço legal que versa sobre investimentos e alocação dos recursos em saúde pública. Dentre estes instrumentos, podemos citar a Lei 141/2012, que regulamentou a EC 29/2000, reafirmando os percentuais mínimos de investimentos a serem realizados anualmente por cada ente federado. O referido dispositivo define que os municípios devem investir no mínimo 15% da receita corrente líquida (RCL), os estados devem alocar ao menos 12% da RCL, enquanto a esfera federal deverá investir valor equivalente ao empenhado no exercício anterior mais a variação do PIB². Atualmente no país vigora o novo regime fiscal, instituído pela EC 95/2016, que congelou as despesas primárias da união por vinte anos, afetando a participação federal no financiamento da saúde³.

A partir da vigência da Lei 141/2012 o SIOPS passou a ser de preenchimento obrigatório, com estabelecimento de prazos e sanções para municípios irregulares. O impacto dessa regulamentação pode ser observado nos exercícios seguintes, quando a inadimplência no preenchimento do sistema caiu de 46% para 8,7% em municípios de Pernambuco⁴.

O SIOPS tem a proposta de realizar coleta, recuperação, processamento, armazenamento, organização e disponibilização dos dados e informações à respeito das receitas totais e despesas com ações e serviços públicos de saúde, de acordo com as exigências e obrigações de cada ente federado, promovendo a possibilidade de acompanhamento da aplicação de recursos no SUS. A democratização do acesso a este tipo de informação representou um marco de grande relevância para a transparência nas finanças públicas e promoção do controle social^{5,6}.

A plataforma disponibiliza informações sobre investimentos em saúde pública de todos os municípios brasileiros, representando um importante avanço no sentido da transparência das finanças públicas em saúde. Entretanto, os dados técnicos e

contábeis contidos nos relatórios gerados pelo sistema podem dificultar o entendimento por parte do público em geral, tendo em vista que para democratizar a informação não basta oferecer o acesso, é necessário que os dados sejam compreensíveis ao entendimento da sociedade.

Para que toda a potencialidade do sistema possa ser explorada pelo público geral, foi desenvolvido o aplicativo “Onde está o dinheiro da saúde?”, com o objetivo de traduzir as informações sobre investimentos em saúde pública para a sociedade por meio de um conteúdo ilustrativo e didático, promovendo o exercício da cidadania através do provimento de informações claras e intuitivas sobre investimentos em saúde pública realizados em todos os municípios brasileiros.

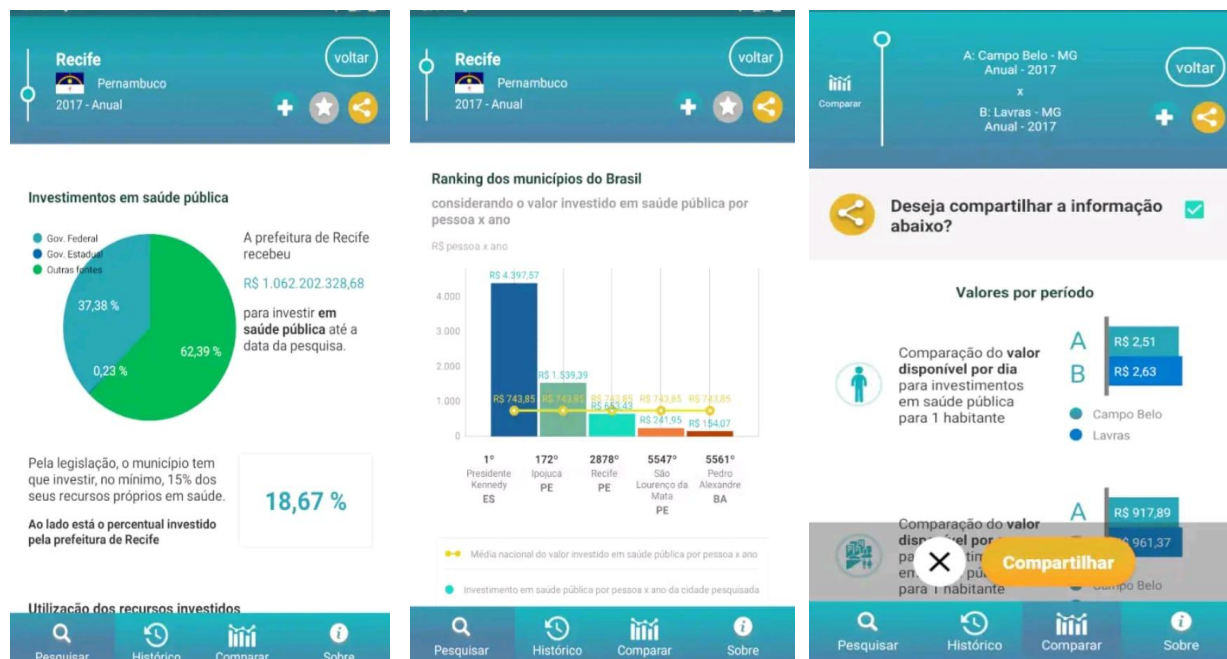
Considerando que conhecer a opinião do público usuário é parte imprescindível do desenvolvimento e aprimoramento de recursos educacionais, o presente estudo teve como objetivo avaliar o aplicativo “Onde está o dinheiro da Saúde?” sob a perspectiva dos usuários desta plataforma digital, com o intuito de entender as necessidades trazidas pelo público, o interesse pela ferramenta, bem como realizar aperfeiçoamentos no mesmo. A avaliação compreendeu as dimensões de conteúdo, aceitabilidade e funcionalidades do aplicativo.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo avaliativo caracterizado por pesquisa de opinião dos usuários do aplicativo “Onde está o dinheiro da saúde?”.

O aplicativo consiste em um recurso educacional que está disponível para download gratuito em dispositivos com sistema operacional *Android* e extrai dados oficiais disponibilizados pelo SIOPS, dispondo de funcionalidades que apontam os investimentos efetuados em cada município; por habitante/dia e por habitante/ano; investimentos nos diversos níveis de atenção e setores, percentual investido por cada ente federativo, bem como comparativo de investimentos entre municípios, além de outras funcionalidades.

Figura 1- Interface e funcionalidades disponíveis no aplicativo “Onde está o dinheiro da saúde?”



Fonte: Elaborado pela equipe do Grupo de Pesquisa Saberes e Práticas em Saúde

A coleta de dados para o estudo foi executada em duas etapas: a primeira durante a realização de oficina conduzida por membros do grupo de pesquisa *Saberes e Práticas em Saúde* na XVI Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 2019.

Os participantes da primeira etapa inscreveram-se voluntariamente na oficina que teve como objetivo apresentar e discutir o aplicativo em questão, bem como realizar pesquisa de opinião sobre o mesmo entre os participantes, por meio de questionário estruturado. Foi realizada distribuição de material de divulgação e exposição dialogada entre a equipe de pesquisa e os participantes.

A aplicação dos questionários se deu durante a oficina, na qual os usuários foram estimulados a realizar o *download* do aplicativo para consultar as funcionalidades da ferramenta e assim emitir opinião baseada na experiência. Para esta pesquisa estes serão denominados de “delegados da CNS”. Podem estar incluídos aqui gestores, pesquisadores, conselheiros e militantes que participaram da CNS.

O questionário foi composto por três blocos: o primeiro referia-se a dados sociodemográficos do usuário, incluindo idade, sexo, escolaridade, cidade de origem, área de atuação profissional e setor de atividade, visando traçar o perfil dos

usuários interessados no aplicativo, bem como realizar inferências à respeito da relação entre as respostas e o perfil dos respondentes.

O segundo bloco do questionário consistiu em uma escala de Likert, que trata-se de instrumento de avaliação baseada em conjunto de afirmações relacionadas ao objeto de análise, para as quais os respondentes emitiram seu grau de concordância em uma escala numérica. O número 1 corresponde o grau máximo de concordância e o número 5 ao grau máximo de discordância ⁷.

Na terceira seção foram oferecidas oito possibilidades de funções para o aplicativo, dentre as quais o usuário era livre para marcar quantas alternativas julgasse necessárias. Foram inclusas apenas opções de informações passíveis de extração no SIOPS, tendo em vista que esta é a fonte oficial de dados do aplicativo. A última alternativa ofereceu a opção “Outros”, no qual o usuário poderia inserir sugestões livres de funcionalidades para o aplicativo. Os comentários foram agrupados de acordo com linha temática abordada e viabilidade de incorporação ao aplicativo.

A segunda etapa da coleta consistiu no levantamento de avaliações atribuídas espontaneamente na plataforma *GooglePlay Store*, por usuários que fizeram o *download* do aplicativo. A inserção deste público no estudo foi realizada considerando-se que o perfil dos delegados da Conferência Nacional de Saúde poderia não refletir as percepções da sociedade geral, uma vez que há algum nível de envolvimento e familiaridade com temas referentes à saúde pública por parte dos mesmos. Além disso, detectou-se alto grau de escolaridade entre os usuários que responderam a pesquisa de opinião da primeira fase, algo que também não reflete fidedignamente o perfil da população geral. Esse segundo público será chamado usuários do *app*.

Foram gerados relatórios dos dados de avaliações públicas, nas quais os usuários atribuíram pontuações de 1-5 ao aplicativo, bem como conferiram comentários com elogios, críticas e sugestões à ferramenta. As avaliações quantitativas na plataforma são feitas através de estrelas, que para fins deste estudo serão consideradas como pontuação. Os comentários foram agrupados de acordo com linha temática abordada e a viabilidade de incorporação foi registrada.

Foi realizada sistematização dos dados e sugestões coletadas em planilha Excel, e procedeu-se análise estatística descritiva para consolidação do perfil representativo de usuários, bem como das percepções e sugestões dos mesmos.

De acordo com a Resolução Nº 510 do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre normativas referentes à ética em pesquisa, este estudo cumpre o critério de dispensabilidade disposto no artigo 1, parágrafo único, inciso I - “*pesquisa de opinião pública com participantes não identificados*”⁸.

RESULTADOS

Caracterização dos delegados da 16ª Conferência Nacional de Saúde

A amostra foi composta por 27 indivíduos, com idades entre 26-77 anos de idade (mediana: 47), dos quais 66,6% eram do sexo feminino e 33,3% do sexo masculino. Houve uma predominância de respondentes provenientes de cidades da região Sudeste do Brasil (55,5%), seguido pela região Sul (18,5%), Centro-Oeste (14,8%) e Nordeste (3,7%). No que diz respeito à escolaridade dos participantes, apenas 22% declararam possuir ensino médio completo, o restante da amostra - 78% - foi composta por indivíduos com escolaridade de nível superior, incluindo graduação, especialização, mestrado e doutorado, sendo uma amostra homogênea entre estas categorias. Com relação a área de atuação profissional, 74% eram trabalhadores da área da saúde, e os demais distribuídos entre assistência social, educação e outros. Dentre os trabalhadores da saúde, havia indivíduos atuantes em movimentos sociais, conselhos de saúde e sindicatos (14%), gestão (22%), assistência (18%) e pesquisa (14%).

Acessibilidade às informações sobre investimentos em saúde pública

A segunda seção do questionário aplicado na oficina foi composta pela Escala de Likert, na qual os usuários atribuíram valor de 1 a 5 para cada afirmação proposta, de acordo com seu nível de concordância/discordância em relação à mesma. Sendo o número 1 relativo ao grau máximo de concordância e 5 o grau máximo de discordância. As afirmações versavam sobre acessibilidade às informações de investimentos em saúde pública e interesse pelo aplicativo.

No que diz respeito às fontes de informação sobre investimentos em saúde, observou-se que houve um equilíbrio entre os indivíduos que sabiam e os que não sabiam onde encontrar tais informações. Entretanto, quando perguntados se as informações são compreendidas facilmente, 44,4% (n=12) discordaram sobre a

acessibilidade dos dados encontrados e 25,9% (n=7) concordaram que conseguem compreender facilmente as informações. No que tange à percepção sobre a necessidade de conhecimento dos investimentos em saúde pública para o exercício da cidadania, 89% concordaram com a relevância de conhecer o tópico e nenhum participante discordou de sua importância.

Com relação ao conhecimento sobre os valores investidos em saúde pública no município de residência, houve uma distribuição homogênea das respostas, com 33,3% afirmando ter conhecimento sobre estes valores e 33,3% afirmando não ter esta informação e 18,5% permanecendo sem posicionamento sobre a afirmativa. No que diz respeito ao interesse dos usuários por uma plataforma digital que expõe os investimentos em saúde pública de forma clara e objetiva, 78% demonstraram interesse.

Sugestões para incorporação ao aplicativo

A terceira seção do questionário traz uma abordagem das informações que os usuários julgariam necessárias para um bom entendimento sobre investimentos em saúde pública. Poderiam ser assinaladas uma ou várias alternativas que traziam dados passíveis de serem extraídos no SIOPS, tendo em vista que esta é a fonte de dados do aplicativo, bem como a plataforma oficial que armazena e publica dados de investimentos em saúde pública. A última alternativa traz a opção “Outros”, na qual os usuários tiveram espaço para realizar sugestões livres, para além das opções estabelecidas previamente.

O quadro 1 ilustra a distribuição de respostas dos usuários. A opção mais assinalada, com 81,5%, traz uma funcionalidade já presente no aplicativo, com os valores investidos em saúde pública por cada ente federado. O segundo maior percentual de interesse foi voltado para informações sobre despesas com medicamentos (74,1%). Tal funcionalidade ainda não está disponível para consulta no aplicativo.

Valores de investimento por nível de atenção à saúde e setores específicos também despertaram interesse dos participantes, bem como valores investidos por habitante por dia em cada município, ambos representando um percentual de 70,4% das respostas. Os gastos com profissionais de saúde é outro aspecto de relevância, segundo os participantes, dos quais 66,7% tem interesse em ver este tópico exposto

no aplicativo. O comparativo de investimentos entre diferentes municípios, outra funcionalidade já disponível, despertou interesse em 63% dos usuários. Por último temos os itens que expõem os valores investidos em rede própria e instituições sem fins lucrativos conveniadas ao SUS, com 59,3% cada (Quadro 1).

Quadro 1 - Percentual de interesse dos usuários por cada item pré-estabelecido

Quais das informações abaixo seriam relevantes para uma boa compreensão dos investimentos em saúde no seu município?		Funcionalidade disponível no <i>app</i>
Valor investido em saúde pública pelo município, estado e união.	81,5%	Sim
Despesas com medicamentos	74,1%	Não
Percentual investido em atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial, assistência farmacêutica, vigilância em saúde.	70,4%	Sim
Valor disponível por habitante por dia para investimento em saúde pública.	70,4%	Sim
Despesas com profissionais de saúde	66,7%	Não
Comparação dos valores investidos entre diferentes municípios.	63%	Sim
Despesas com instituições privadas sem fins lucrativos	59,3%	Não
Valores investidos em serviços da rede própria do SUS	59,3%	Não
Outros	22,2%	

Fonte: Elaboração dos autores

A maioria das sugestões abertas contidas na categoria “Outros” (22,2%) fugia do escopo do SIOPS (Quadro 1), sendo assim, de difícil incorporação ao aplicativo. O quadro 2 expõe estas sugestões realizadas pelos usuários, bem como justificativas para sua viabilidade/inviabilidade.

Quadro 2. Sugestões livres propostas pelos participantes da pesquisa.

	Sugestão	Viabilidade
Usuário 1	<i>“Criar gráfico pizza demonstrando o percentual de cada área pública em relação ao orçamento”</i>	O SIOPS disponibiliza apenas dados de investimentos em saúde pública, portanto não seria possível o aplicativo extrair informações contábeis referentes às demais áreas da administração pública.
Usuário 2	<i>“Detalhar despesas por instituições. Ex: hospitais, UBS, CAPS, etc.”</i>	O SIOPS não apresenta dados financeiros com este nível de detalhamento. Os Planos Municipal e Estadual de Saúde, bem como Relatórios Anuais de Gestão podem ser instrumentos úteis para esta consulta.
Usuário 3	<i>“Valores investidos por região. Despesas por blocos comparativas entre OSS (Organização Social) e Administração Direta”</i>	Valores investidos por estado é uma funcionalidade a ser incorporada possivelmente na próxima versão. Neste caso agregar os valores por região seria plausível.
Usuário 4	<i>“Despesas com judicialização”</i>	O SIOPS não disponibiliza dados referentes a despesas realizadas por meio de ação judicial.
Usuário 5	<i>“Valores, custo e custeio da AB (Atenção Básica). Recursos liquidados e pagos. Restos a pagar.”</i>	A intenção do aplicativo é apresentar as informações presentes no SIOPS da forma mais didática e compreensível para os cidadãos. As informações contábeis trazidas na sugestão encontram-se disponíveis detalhadamente no SIOPS e nos Relatórios Anuais de Gestão.

Fonte: Elaboração dos autores

Avaliações dos usuários do app na plataforma de downloads Google Play Store

A segunda amostra foi composta por usuários do aplicativo que o avaliaram espontaneamente após download na plataforma Google Play Store. Foram realizadas 122 avaliações neste ambiente, nas quais os usuários atribuíram notas de

1-5 ao aplicativo e deixaram sugestões, críticas ou elogios à ferramenta. As avaliações foram registradas desde a disponibilização do aplicativo, em agosto de 2018 até o mês de junho de 2020.

Atualmente o aplicativo conta com mais de 5.000 downloads e 126 avaliações, contabilizando uma pontuação geral de 4.6/5 na plataforma. Todas as avaliações são realizadas voluntariamente, não havendo nenhuma intervenção ou solicitação por parte da equipe desenvolvedora. O volume de avaliações atribuídas constitui um relevante material de mensuração do interesse público, tendo em vista que os indivíduos investem seu tempo e disponibilidade tecendo valiosas críticas e sugestões denota que houve grande interesse despertado nos usuários, além de demonstrar participação ativa por parte destes no processo de aperfeiçoamento contínuo do aplicativo. Outro fator que pode ter impulsionado os downloads e avaliações foi ampla divulgação ocorrida no período de lançamento do *app*.

As avaliações incluem *feedbacks* enviados no período de agosto de 2018 a junho de 2020. Das 126 avaliações, 59 atribuíram apenas nota ao aplicativo e 67 atribuíram nota e comentário. Das avaliações compostas por comentários, 73% foram elogios, 16% foram sugestões e 10% críticas. Em 81% dos casos, os usuários classificaram o aplicativo com pontuação máxima, que corresponde a 5. As queixas relacionadas à baixas pontuações consistiam em relatos de desatualização de dados e indisponibilidade para o sistema operacional *iOS*. O quadro 3 expõe síntese dos principais tópicos abordados pelos usuários.

Quadro 3. Comentários atribuídos pelos usuários na plataforma *GooglePlay Store*.

Críticas 10% (n=7)	Elogios 73% (n=49)	Sugestões 16% (n=11)
<p>-Atraso na atualização dos dados;</p> <p>-Indisponibilidade do app para sistema IOS (dispositivos Apple®);</p> <p>-Problemas no compartilhamento das buscas.</p>	<p>-Ferramenta tecnológica para ampliação do controle social;</p> <p>-Aplicativo que promove transparência, facilidade no uso;</p> <p>-Útil para prática da cidadania;</p> <p>-Facilita comunicação entre estado e sociedade.</p>	<p>- Adicionar indicadores de saúde;</p> <p>-Especificar despesas ambulatoriais, medicamentos, hospitais, urgência e emergência;</p> <p>-Disponibilizar série histórica dos últimos anos;</p> <p>-Informações de investimentos nos estados;</p> <p>-Ampliação para outras áreas das finanças públicas.</p>

DISCUSSÃO

A literatura descreve alguns aplicativos que se assemelham à plataforma “Onde está o dinheiro da saúde?”, no sentido de aproximar a gestão pública do cidadão brasileiro. Dentre estes podemos citar aplicativos informacionais ou educacionais (IBGE); aplicativos interativos (ANATEL); aplicativos transacionais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal); e aplicativos de governança ou engajamento cívico (Sinesp Cidadão, Cidadão mais Brasil, MPF)⁹. O presente aplicativo está contido na categoria informacional, tendo em vista que expõe à sociedade os investimentos realizados em saúde pública, mas sem a opção de interação ou *feedback* em relação aos dados observados.

A relevância da ferramenta é evidenciada pelos usuários ao observar-se que 89% desses acreditam que a compreensão sobre investimentos em saúde é requisito importante para o exercício da cidadania, bem como 74% relataram interesse em uma plataforma que apresente esses dados de maneira clara e objetiva. Esses achados corroboram com a necessidade de transparência na gestão pública endossada pela sociedade, sobretudo em aspectos orçamentários, abordado por Cruz *et al.*, (2012)¹⁰.

Ao analisar as respostas avaliativas dos participantes, é necessário ressaltar o perfil desses, composto majoritariamente por indivíduos com educação superior (78%) e trabalhadores do setor saúde (74%). Nessa perspectiva é compreensível ter ocorrido distribuição homogênea de respostas no que diz respeito ao conhecimento das fontes de informações sobre investimentos em saúde. Ainda assim, 44,4% referem não compreender facilmente as informações contidas nas fontes oficiais de dados, evidenciando o elevado grau de complexidade dos dados contábeis apresentados mesmo diante de um público provido de alta escolaridade.

Estes achados se alinham à discussão proposta por Gracioso (2003), que alerta acerca da falsa ideia de disseminação do conhecimento trazida pela informatização da gestão pública. A autora aponta que a simples exposição de informações em um suporte digital não implica necessariamente em sua disponibilização, tendo em vista que é necessário capital humano qualificado para o seu uso e compreensão¹¹.

Outro aspecto a ser ressaltado são as sugestões para que o aplicativo incorporasse valores de investimentos referentes aos demais setores da administração pública, como educação e segurança. Isto aponta para um distanciamento sobre a função SIOPS por parte dos usuários, tendo em vista que o sistema refere-se exclusivamente às finanças em saúde pública e a única fonte de dados do aplicativo.

Algumas das funcionalidades já disponíveis no aplicativo, tais quais os valores investidos por cada ente federado, valores investidos per capita e por nível de atenção à saúde, foram alvo de grande interesse, com alcance de 81,5%, 70,4% e 70,4% de respostas positivas, respectivamente. O resultado tem grande importância no sentido de validação das funcionalidades presentes no aplicativo, considerando a convergência dos elementos já fornecidos com as necessidades expostas pelos usuários.

Possivelmente a familiaridade com o setor saúde conduziu os participantes a expor interesse nos valores empregados na assistência farmacêutica (74,1%), tendo em vista que esta é uma importante fonte de despesas dentro orçamento em saúde, junto aos encargos com pessoal. Não obstante, as despesas com recursos humanos no SUS também foram objeto de interesse de 66,7% da população do estudo¹².

Tão importante quanto elaborar ferramentas que promovem a transparência, é analisar se o engajamento do público alvo está sendo alcançado, bem como as

possibilidades trazidas por estes. A relação entre gestão pública e sociedade por meio de recursos eletrônicos vem sendo objeto de estudo de autores no setor, entretanto, não foi possível localizar materiais no que diz respeito à avaliação destes recursos sob a perspectiva dos usuários, tornando escassa a comparabilidade com outros estudos similares ^{10,13,14}.

O interesse por parte do público foi evidenciado tanto pelas respostas aos questionários aplicados, quanto pelo volume de avaliações espontâneas por parte dos usuários que realizaram download do aplicativo na plataforma *Playstore*.

Quanto aos comentários atribuídos na *Playstore*, nota-se que os usuários visualizaram o aplicativo como meio de aproximar a gestão pública do cidadão, promovendo a democracia e incentivando a participação social.

Estes relatos convergem com a reflexão trazida por Sant'ana (2009), de que a incorporação de tecnologias à gestão pública permite a promoção de ambientes participativos, provocando no cidadão maior senso de participação ativa, bem como fomentando maior transparência por parte dos entes e agentes públicos. A interação entre o estado e a população por meio da exposição de informações e o feedback do público também são de grande valia no estímulo à cidadania e senso de responsabilidade comum¹³.

De acordo com Lima (2017), os aplicativos móveis vêm sendo amplamente utilizados como ferramentas para estreitar relações entre o estado e seus cidadãos. A intensa ampliação do acesso a dispositivos eletrônicos, aliado ao seu potencial de interatividade contribuiu para democratizar o acesso a tarefas anteriormente restritas. Dessa forma, os smartphones deixaram de ser meros instrumentos de comunicação, e consolidaram-se como um extenso pacote de ferramentas com potencial de proporcionar entretenimento, educação, trabalho, acesso à serviços e cidadania¹⁴.

As críticas trazidas refletem atrasos de atualização na base de dados do SIOPS, que podem ocorrer por problemas técnicos ou atraso de preenchimento da plataforma. A expansão do aplicativo para o sistema operacional *IOS* certamente ampliaria muito o alcance do aplicativo, porém depende de financiamento para continuidade do projeto e extensão das melhorias. O problema relacionado à funcionalidade "compartilhamento de buscas" já foi solucionado pela equipe desenvolvedora.

Resultados observados por Lima (2017), apontam que apesar das ferramentas eletrônicas disponibilizadas para os cidadãos possuíam respaldo científico, técnico e com potencial de difundir informações, ainda são pouco utilizadas para promover soluções concretas ou participação política efetiva, o que pode desestimular o usuário a utilizar estes ambientes. Mostra-se então, uma necessidade de conduzir a elaboração destas ferramentas para maior interatividade com o usuário, o que também pode esbarrar na necessidade de melhoria na governança das políticas públicas brasileiras ¹⁴.

Este pode ser um caminho apontado para realização de aperfeiçoamento do aplicativo, com funcionalidades e estratégias que permitam maior interatividade entre o cidadão e a gestão pública, promovendo empoderamento popular no sentido de estimular o sentimento de participação ativa da população.

Podemos citar como uma limitação do estudo o fato da amostra ter sido composta majoritariamente por um público de alta escolaridade e atuantes no setor saúde, no caso dos delegados da CNS. Para estudos futuros uma amostra com maior representação do segmento usuário do SUS seria de grande valia, tendo em vista que o objetivo do aplicativo é democratizar o acesso à informação para a população em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso às informações sobre investimentos em saúde pública é imprescindível no estímulo ao controle social, a participação da formulação de políticas públicas de saúde, bem como cobranças de prestação de contas por parte da população aos agentes públicos. O aplicativo trouxe uma proposta inovadora que foi amplamente aceita por potenciais usuários e parece estar cumprindo seu objetivo maior de tradução de informações públicas para a sociedade. Espera-se que este trabalho possa abrir caminhos para o desenvolvimento, aprimoramento e avaliação de outros dispositivos digitais disponibilizados tanto pela esfera governamental, quanto pelo meio acadêmico e científico, tendo em vista que as contribuições dos usuários são essenciais, bem como melhorias constantes destas ferramentas. O retorno recebido por meio deste estudo foi relevante para a qualificação do aplicativo e certamente contribuirá para a construção de uma visão crítica sobre os

investimentos no SUS pelos usuários, colaborando para um sistema de saúde mais participativo, justo e equânime.

REFERÊNCIAS

1. Medeiros KR de, Albuquerque PC de, Diniz GTN, Alencar FL, Tavares RAW. Bases de dados orçamentários e qualidade da informação: uma avaliação do Finanças do Brasil (Finbra) e do sistema de informações sobre orçamentos públicos em saúde (Siops)¹; Budgetary databases and information quality: an assessment of Brazil's finance. Rev.adm.pública [Internet]. 2014;48(5):1113–33. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
2. Lei Complementar 141: Guia prático para a Gestão Municipal.
3. Mariano CM. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Rev Investig Const. 2017;4(1):259–81.
4. Henrique IC. Atualização e qualificação de dados no uso da tecnologia da informação: avaliação do SIOPS e capacitação de gestores municipais. Universidade Federal de Pernambuco; 2014.
5. CONASEMS. Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato Instrumentos de Gestão e Planejamento. 2012;3–6.
6. Silva KS de B e, Bezerra AFB, Sousa IMC de, Gonçalves RF. Conhecimento e uso do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) pelos gestores municipais, Pernambuco, Brasil. Cad Saude Publica. 2010;
7. Silva Junior SD, Costa FJ. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. In: XVII SemeAd-Seminários em Administração. João Pessoa; 2014.
8. Cristea A. Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016 [Internet]. Conselho Nacional de Saúde Brasil; 2016 p. 10. Available from: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/355%0Ahttp://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/731%0Ahttp://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/269%0Ahttp://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/106>
9. Carvalho AP De. Aplicativos móveis na gestão pública: interação entre o governo e o cidadão. 2018;1–42.
10. Ferreira Cruz C, Martins Da Silva L, Álvaro M, Macedo S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. Vol. 46, Janeiro. 2012.

11. Gracioso L de S. Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística. *Ciência da Informação*. 2003;32(2):69–76.
12. Saldiva PHN, Veras M. Gastos públicos com saúde: Breve histórico, situação atual e perspectivas futuras. *Estud Avancados* [Internet]. 2018 Jan 1 [cited 2020 Jul 2];32(92):47–61. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000100047&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
13. Sant'ana RCG. Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade. *Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade*. 2009.
14. Lima CCB de. Aplicativos móveis de interesse público: limites e possibilidades para a cidadania no Brasil. Brasília; 2017.

6. Quais das informações abaixo seriam relevantes para uma boa compreensão dos investimentos em saúde no seu município?

- Valor investido em saúde pública pelo município, estado e união
- Percentual investido em atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial, assistência farmacêutica, vigilância em saúde, etc

Valor disponível por habitante por dia para investimento em saúde pública

- Comparação dos valores investidos entre diferentes municípios
- Valores investidos em serviços na rede própria do SUS
- Despesas com instituições privadas sem fins lucrativos

Desp as com medicamentos

Desp as com profissionais de saúde

- Outros _____

7. Outras observações, críticas ou sugestões

ANEXO A– NORMAS DA REVISTA CADERNOS DE SAÚDE COLETIVA

Serão aceitos trabalhos em português, espanhol e inglês. A **folha de rosto** deve conter o título do trabalho, nome, titulação e o vínculo profissional de cada um dos autores, e o endereço, telefone e e-mail do autor principal.

O artigo deve conter título do trabalho em português, título em inglês, resumo e *abstract*, com palavras-chave e *key words*. As informações constantes na **folha de rosto** não devem aparecer no artigo. Sugere-se que o artigo seja dividido em subitens. Os artigos serão submetidos a no mínimo dois pareceristas, membros do Conselho Científico dos Cadernos ou a pareceristas *ad hoc*. O Conselho Editorial do CSC enviará uma carta resposta informando da aceitação ou não do trabalho.

A aprovação dos textos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos autorais de publicação nesta Revista, a qual terá exclusividade de publicá-los em primeira mão. O autor continuará a deter os direitos autorais para publicações posteriores.

Formatação: Os trabalhos devem estar formatados em folha A4, espaço duplo, fonte Arial 12, com margens: esq. 3,0 cm, dir. 2,0 cm, sup. e inf. 2,5 cm. O título deve vir em negrito; palavras estrangeiras, e o que se quiser destacar, devem vir em itálico; as citações literais, com menos de 3 linhas, deverão vir entre aspas dentro do corpo do texto; as citações literais mais longas deverão vir em outro parágrafo, com recuo de margem de 3cm à esquerda e espaço simples. Todas as citações deverão vir seguidas das respectivas referências. Todas as páginas devem estar numeradas.

Ilustrações: o número de quadros, tabelas e/ou figuras (gráficos, mapas etc.) deverá ser mínimo (em um máximo de 5 por artigo, salvo exceções, que deverão ser justificadas por escrito em anexo à folha de rosto).

- **Tabelas:** Devem ser apresentadas separadas do texto, numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que foram citadas no texto. A cada uma deve-se atribuir um título breve, não se utilizando traços internos horizontais ou verticais. As notas explicativas devem ser colocadas no rodapé das tabelas e não no cabeçalho ou título.
- **Figuras:** As fotografias, desenhos, gráficos, mapas, etc. devem ser citados como figuras. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que foram citadas no texto. As legendas devem ser apresentadas ao final da figura; as ilustrações devem ser suficientemente claras para permitir sua reprodução, com resolução mínima de **300 dpi**.

As equações deverão vir centralizadas e numeradas seqüencialmente, com os números entre parênteses, alinhados à direita.

Resumo: todos os artigos submetidos em português ou espanhol deverão ter resumo na língua principal (**de 100 a 200 palavras**) e sua tradução em inglês (*Abstract*); **O resumo deve ser estruturado (Introdução, Métodos, Resultados, Conclusão)**, e deverá apresentar de forma concisa a questão central da pesquisa, os métodos utilizados, os resultados e a resposta à questão central do trabalho. Deverão também trazer um mínimo de 3 e um máximo de 5 palavras-chave, traduzidas em cada língua (*key words, palabras clave*), dando-se preferência aos

Descritores para as Ciências da Saúde, DeCS (a serem obtidos na página <http://decs.bvs.br/>).

Agradecimentos: As pessoas que prestaram alguma ao trabalho, mas que não preenchem os critérios de autoria, assim como instituições que apoiaram o trabalho podem ser mencionados, desde que deem permissão expressa para isto ([Documento de responsabilidade pelos agradecimentos](#)).